O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO VIII - Nº 76 - SETEMBRO DE 2016 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS

ALESC aprova projetos do TJ/SC

PÁG. 5

PROGRAMA

Novos Caminhos beneficiará jovens de Caçador

PÁG. 4

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória do Juiz aposentado Hamilton Plínio Alves

Página 11

PARA ONDE VAMOS?

Encontro debate Infância e Juventude em Florianópolis

PÁGS. 6 E 7

EDITORIAL

Projetos em favor da Justiça

O Poder Judiciário catarinense conquistou no mês de setembro importantes vitórias no Parlamento catarinense, com a aprovação, por unanimidade, de três projetos de lei de interesse da classe.

O primeiro deles trata da nova composição do Tribunal mediante a transformação de cargos. Em resumo, ele adequará a composição do Tribunal de Justiça, que passará a contar com 94 Desembargadores, trazendo ainda, ao final da implementação da proposta, mais oito cargos de Juiz de Direito para a entrância especial com atuação no Primeiro Grau de Jurisdição. Os cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau serão extintos gradativamente na medida da vacância.

O segundo projeto refere-se à concessão de benefício a Servidores e Magistrados aposentados. Pela proposta, eles receberão um benefício mensal de R$ 500,00, cujo objetivo é recuperar em parte as perdas que ocorrem na aposentadoria. E o terceiro diz respeito ao uso de recursos do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SIDEJUD). O objetivo é descomprimir as demais fontes de receita do Poder Judiciário, que são o repasse vindo do duodécimo (que é limitado a 9,31% da Receita Líquida Disponível) e o Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

> (...) Prova inequívoca de que a união da classe em momentos como esse pode ser decisiva para alcançar os objetivos traçados

Há que se destacar a atuação dos dirigentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), os quais estiveram com Parlamentares até os momentos finais da votação, no intuito de prestar esclarecimentos, bem como demonstrar a importância e a legitimidade dos pleitos apresentados na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).

Prova inequívoca de que a união da classe em momentos como esse pode ser decisiva para alcançar os objetivos traçados.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Solenidade de inauguração do novo prédio do **Fórum** da comarca de Jaraguá do Sul, no bairro Vila Nova, em 1981. Evento contou com a presença de autoridades da época, como o Governador do Estado, Henrique Córdova; o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Ivo Sell; e o Prefeito de Jaraguá do Sul, Victor Bauer.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano VIII - nº 76 - Setembro/2016

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGOS

Fora da Ordem

Salim Schead dos Santos
DESEMBARGADOR

Seria uma simples solenidade de posse, se a Ministra Carmem Lúcia tivesse seguido a liturgia do cargo e proferido um discurso meramente protocolar. Mas não.

Após as manifestações do Ministro Celso de Mello, decano da Corte, do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamacchia, a presidente empossada inovou começando por saudar, não o Presidente da República, sentado ao seu lado, mas o cidadão brasileiro, justificando que ele é "princípio e fim do Estado, senhor do Poder, da sociedade democrática, autoridade suprema sobre nós, servidores públicos, em função do qual se há de labutar cada um dos ocupantes dos cargos estatais".

Mais adiante, ao expor sua visão da Justiça, do mundo moderno com sua complexidade e do papel dos Magistrados, referiu-se não a Juristas, mas a poetas como Cecilia Meireles e Carlos Drummond, a cronistas, como

> O "juiz é chamado a socorrer uma democracia na qual 'um legislativo e um executivo enfraquecidos (....) esforçam-se em governar cidadãos indiferentes e exigentes, preocupados com suas vidas particulares'

Paulo Mendes Campos, a romancistas, como Guimarães Rosa, compositores como Caetano Veloso. Vale reconhecer, como o poeta de Itabira, que "as leis não bastam". Talvez por isso o estado de crise que ela reconhece e propõe solução: "Caetanos e não Caetanos deste Brasil tão plural concluem em uníssono: alguma coisa está fora de ordem, fora da nova ordem mundial. O que nos cumpre, a nós, servidores públicos em especial, é questionar e achar a resposta de qual ordem tudo está fora...".

Não é de hoje que Magistrados estão sendo convocados para decidir questões relevantes que deveriam ser resolvidas pelos poderes Executivo e Legislativo.

Antoine Garapon, na década de 90, analisando a situação do judiciário na França concordou com J.D.Bredin quando esse afirma que o "juiz é chamado a socorrer uma democracia na qual 'um legislativo e um executivo enfraquecidos (....) esforçam-se em governar, no dia a dia, cidadãos indiferentes e exigentes, preocupados com suas vidas particulares mas esperando do político aquilo que ele não sabe dar: uma moral, um grande projeto'". Seria essa a resposta a indagação da Ministra?

Sobre o voto branco e voto nulo

Leone Carlos Martins Junior
JUIZ DE DIREITO

Estamos em vésperas de eleições municipais. No dia 2 de outubro, milhares de brasileiros irão às urnas para participar do processo de definição dos novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de cada município.

Embora o voto seja, em regra, obrigatório em nosso país, o eleitor é livre para escolher um candidato de sua preferência ou não escolher candidato algum. Quer dizer, o cidadão deve comparecer ao local de votação, ou ao menos justificar ausência, mas pode optar por votar em branco ou anular o seu voto.

A diferença entre o voto branco e o nulo e a capacidade de influência destes no desfecho das eleições são assuntos que sempre geram dúvidas, sobretudo com a aproximação da data do pleito.

Passemos, então, a alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, o eleitor precisa saber que nem o voto nulo nem o branco são válidos segundo a nossa legislação. Eles não são

> Os dois votos representam uma espécie de descontentamento com as opções políticas dadas e possuem efeitos equivalentes, que pouco interferem no pleito

computados na apuração dos resultados, não têm o condão de anular o processo eleitoral e tampouco são transferidos para o candidato que está ganhando.

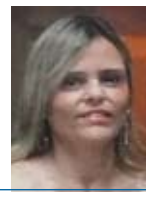
Na realidade, a diferença entre ambos reside muito mais na esfera conceitual do que na prática. O glossário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabelece que o voto em branco significa a falta de predileção por um dos concorrentes ao cargo público. Já o nulo traduz a pura e simples vontade do eleitor de não votar em nenhum candidato ou partido político oficialmente registrado.

Os dois votos representam uma espécie de descontentamento com as opções políticas dadas e possuem efeitos equivalentes, que pouco interferem no pleito.

Por serem considerados inválidos, o voto branco e o nulo não entram para os cálculos eleitorais, diminuindo, assim, a quantidade de votos que um candidato precisa obter para ser eleito, tanto pelo sistema majoritário quanto pelo sistema proporcional. Esse é basicamente o único reflexo provocado nas eleições.

Todos têm o direito de se manifestar da forma que bem entender nas urnas. O voto, porém, é extremante precioso. Se for para invalidá-lo, que seja uma decisão consciente.

Vamos falar sobre suicídio



Andrea Breitenbach
MÉDICA PSIQUIATRA - CRM 11759/RQE 7801

O mês de setembro é o mês de prevenção ao suicídio. A Associação Brasileira de Psiquiatra, em conjunto com a Associação Catarinense de Psiquiatria, iniciou a campanha Setembro Amarelo, para alertar a população sobre esta situação cada vez mais freqüente em nossos dias.

Todos os anos são registrados cerca de 10 mil suicídios no Brasil e mais de um milhão em todo mundo. Estamos em oitavo lugar no ranking mundial. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio e, infelizmente, essas taxas vêm aumentando globalmente. Constantemente estão sendo noticiados casos, todos sempre trágicos, e é inevitável que o assunto acabe fazendo parte das conversas. Mas, afinal, o que leva alguém a cometer suicídio? É possível evitar?

Existem alguns mitos sobre o tema e é importante esclarecer alguns, para que não se banalize algo tão grave. O maior deles é o de que quem quer se matar não avisa! Errado, a maioria dos suicidas fala ou dá sinais sobre suas idéias de

> Todos os anos são registrados cerca de 10 mil suicídios no Brasil e mais de um milhão em todo mundo. (...) Segundo a OMS, a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio.

morte. Muitos inclusive buscam ajuda e expressam este sentimento. Outro mito: não devemos falar de suicídio pois isto aumento o risco! Mentira! Falar sobre isto com alguém que está com esta dificuldade ajuda e muito a aliviar a angustia. É uma opção, uma escolha! Novamente falso: a maioria das pessoas que cometem suicídio está com algum tipo de transtorno psiquiátrico ou sob efeito de algum tipo de droga. Portanto, não é uma escolha, e sim parte de um quadro grave. As doenças mais comuns relacionados ao suicídio são depressão, transtorno bipolar, transtornos mentais relacionadas ao uso de álcool e drogas e esquizofrenia. Fatores psicológicos como perdas recentes, personalidade impulsiva, ter sofrido algum tipo de abuso grave, desesperança, desespero e desamparo podem ser observados. Fatores sociais parecem aumentar estas taxas, como entre pessoas que vivem sozinhas. Desemprego e dificuldades financeiras também podem contribuir.

O suicídio é, portanto, um problema grave em nossa sociedade atualmente. Não devemos ter medo de falar sobre o assunto, de tratar dele sem tabus e preconceitos. Sempre que você ou alguém próximo se encontrar com desejo de morrer ou, mais claramente, de suicidar-se mesmo, procure auxílio. Não finja que não é nada.

OPORTUNIDADE

Programa Novos Caminhos chega a Caçador

O Programa Novos Caminhos chega a Caçador para beneficiar jovens que vivem em casas de acolhimento do Estado. A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em parceria com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), o Tribunal de Justiça (TJ/SC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), formalizou no dia 1º/9 o início das atividades nos municípios da região com a assinatura do termo de adesão.

Nos três anos de funcionamento do programa já foram atendidos 607 jovens e 111 já foram inseridos no mundo do trabalho em Santa Catarina. A AMC foi representada pela presidente em exercício, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, que reforçou a importância do Novos Caminhos para a reinserção social dos adolescentes que vivem em casas de acolhimento do Estado. "Se a sociedade não agir, vai ser vítima. Muitas vezes eles precisam apenas de uma oportunidade", destacou a Magistrada, que considera que nesses três anos, a vida dos jovens atendidos mudou. Ela também pediu apoio dos empresários, defendendo que abram as portas de suas companhias para que recebam estes adolescentes.

O foco é a educação para o mundo do trabalho e para a cidadania, com o objetivo de ofertar aos adolescentes, além da formação técnica, uma formação social, voltada ao relacionamento, disse o presidente da FIESC, Glauco José Côrte. "Saber ser, conviver e fazer. Trata-se da prática dos princípios da formação integral e de promover a inclusão social", afirmou.

Participaram do evento, ainda, a Desembargadora Soraya Nunes Lins, da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ); o Desembargador Sérgio Izidoro Heil, 2º vice-presidente do TJ/SC; a Juíza de Direito de 2º Grau Rosane Portela Wolff; o Juiz Rui César Lopes Peiter, da comarca de Lebon Régis, a Juíza Lívia Francio Rocha Cobalchini, da Vara da Infância e Juventude de Caçador, além do vice-presidente regional da FIESC Gilberto Seleme e do prefeito de Caçador Beto Comazzetto.

O programa integra as ações do Movimento Santa Catarina pela Educação e tem como finalidade qualificar e profissionalizar os mais de 400 adolescentes com idade a partir de 14 anos, que se encontram ou passaram por situação de acolhimento no Estado, para serem preparados para o mercado de trabalho.

✔ NOTAS

■ **NOVO CPC:** O Instituto dos Advogados de Santa Catarina (IASC) promoveu, no dia 29 de agosto, no auditório do Trompowsky Corporate, em Florianópolis, o painel de debates "Repercussão do novo CPC na prática do processo tributário: a repercussão dos princípios gerais principalmente do contraditório e cooperação no plano tributário e as novidades no sistema de precedentes".

O evento, que contou com o apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), teve palestra do Advogado e Professor Pedro Guilherme Accorsi Lunardeli e participação dos Professores Ubaldo Balthazar (UFSC), Gustavo Amorim (presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB) e Tânia Maria Françosi Santhias (presidente da Comissão de Direito Tributário do IASC).

■ **MESTRADO:** O Desembargador Ronei Danielli defendeu com sucesso, no dia 1º de agosto, na Academia Judicial, a sua dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica - PPCJ/Univali. Diante de uma banca examinadora presidida pelo Professor Doutor Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto e integrada pelos Professores Doutores Antônio Marcos Gavazzoni e Alexandre Morais da Rosa, Danielli recebeu conceito máximo (nota 10) ao defender trabalho intitulado "A Judicialização da Saúde no Brasil: Viés Individualista ao Patamar do Bem Coletivo". O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Torres Marques, prestigiou a apresentação do colega Desembargador.

■ **AULA MAGNA:** A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Extensão de Itajaí, promoveu, no dia 15 de setembro, a Aula Magna Inaugural do Módulo I do Curso de Preparação para a Magistratura. O evento, aberto aos Alunos, Professores, Magistrados e comunidade jurídica em geral, contou com a palestra "Os desafios do Juiz no Século XXI, inclusive perante o CPC 2015", proferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Paulo Henrique Moritz Martins.

■ **MINISTRA:** O Desembargador Torres Marques, presidente do TJ/SC, e os demais dirigentes de Tribunais de Justiça do país estiveram reunidos com a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 13/9, após encontro com os governadores dos estados.

O evento teve como objetivo encaminhar a pauta de julgamentos da Corte Suprema e definir as políticas públicas a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da realidade e das necessidades dos Estados.

A ministra pretende realizar reuniões mensais com os presidentes dos TJs, para a discussão de problemas comuns e a tomada de decisões conjuntas, com o fim de fortalecer e unificar o Poder Judiciário. O próximo encontro está agendado para o dia 14 de outubro.

NOVA COMPOSIÇÃO

ALESC aprova projetos encaminhados pelo TJ/SC

Três projetos de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) foram aprovados por unanimidade pelos deputados na sessão ordinária do último dia 14/9, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).

As propostas passaram, ainda, pela votação da redação final, na sessão do dia 15/9, e seguiram para a sanção do governador Raimundo Colombo.

Os projetos do Poder Judiciário tratam da nova composição do Tribunal mediante a transformação de cargos, da concessão de benefício a Servidores e Magistrados aposentados e diz com o uso de recursos do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SIDEJUD) (Veja, abaixo, um resumo dos projetos).

Durante dois dias (13 e 14/9), os dirigentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e do Tribunal de Justiça (TJ/SC) mantiveram contatos com os parlamentares, com o objetivo de esclarecer dúvidas e sensibilizá-los para a aprovação das matérias.

PROJETOS APROVADOS PELA ALESC

1) PL/0245.9/2016 – Acrescenta incisos ao § 3º do art. 3º da Lei n. 15.327, de 23 de novembro de 2010, que "Institui o Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina".

O projeto em tela traz novas hipóteses de gasto com os recursos administrados pelo SIDEJUD, descomprimindo as demais fontes de receita do Poder Judiciário, quais sejam, o repasse vindo do duodécimo (que é limitado a 9,31% da Receita Líquida Disponível) e o Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

2) PLC/0016.4/2016 – Altera a composição do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, transforma cargos e adota outras providências.

O projeto adequa a composição do Tribunal de Justiça, que passará a contar com 94 Desembargadores, trazendo ainda, ao final da implementação da proposta, mais 8 cargos de Juiz de Direito para a entrância especial com atuação no Primeiro Grau de Jurisdição. Os cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau serão extintos gradativamente na medida da vacância.

3) PLC/0015.3/2016 – Autoriza a concessão de subsídio de assistência médico-social a Servidores e Magistrados inativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

O projeto possibilita o pagamento de vantagem aos aposentados, servidores e magistrados, com o intuito de recuperar parcialmente as perdas verificadas quando da inativação. O valor do benefício foi instituído em R$ 500,00.

PARA ONDE VAMOS?

Encontro sobre infânc
Magistrados de todo o

A necessidade do olhar restaurativo e da comunicação não violenta no Sistema Socioeducativo norteou o início dos trabalhos do VIII Encontro Nacional de Juízes da Infância e da Juventude – De onde viemos? Para onde vamos?, na manhã do dia 8/9, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

A abertura do encontro, que faz parte da grade de cursos tradicionais da Escola Nacional da Magistratura (ENM), contou com uma homenagem ao Desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva. Ele foi um dos poucos Juízes a participar da redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há quase 26 anos. "Aqui estão aqueles que têm a missão de levar a bandeira que o Desembargador Amaral empunhou. Isto em uma época que não era fácil para um Magistrado fazer. Por isso eu afirmo que para ser juiz não é suficiente o conhecimento técnico, que é indispensável. É fundamental ter coragem. E eu estou ao lado de um homem corajoso", ressaltou o Juiz João Batista da Costa Saraiva.

Emocionado, o Desembargador Amaral agradeceu o reconhecimento. "Transfiro esta homenagem aos desbravadores deste novo Direito, da doutrina da proteção integral, aos magistrados que se colocam à frente na luta pelas garantias. O papel dos mais antigos é de abrir caminhos para os mais novos, dar força. Para onde vamos agora depende de vocês", destacou.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público do Rio Grande do Sul Afonso Armando Konzen debateu sobre a questão da segurança e a necessidade do olhar restaurativo no Sistema Socioeducativo. "Segurança é sinônimo de confiança. Acho que é preciso mudar aquele entendimento que a 'a minha liberdade começa onde termina a do outro' para 'a minha segurança começa onde começa a do outro'. Em uma comunidade socioeducativa, o individuo só se sentirá seguro se o outro também se sentir", pontuou. Konzen fez, ainda, críticas ao Sistema de Segurança Pública. "Os Policias Militares são treinados para a repressão, para o enfrentamento. É só darmos uma olhada na atuação da PM em todo o país e veremos o resultado deste modelo. Acho que, diante disso, é fundamental refletirmos para onde vamos e de que forma podemos alcançar resultados práticos", disse.

■ DEPOIMENTO ESPECIAL E TRABALHO ESCRAVO INFANTIL EM DEBATE

O primeiro painel da parte da tarde teve como tema "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes", com a participação do Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), José Antonio Daltoé Cezar, a Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Cristiana de Faria Cordeiro, e a Juíza catarinense Brigitte Remor de Souza May (coordenadora). Daltoé mostrou aos presentes como funciona e como poder ser feitas as audiências para colher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência. Ele destacou que o sistema exige profissionais capacitados. "As pessoas precisam saber como fazer. Boa vontade é importante, mas estudar para saber como fazer é imprescindível", assinalou, acrescentando que é fundamental ouvir o relato das vítimas.

A Magistrada carioca também destacou a importância da capacitação dos profissionais que atuam nesta área. "Não fomos preparados para ouvir, entrevistar (as vítimas)", analisa. Ela também criticou e lamentou a existência de uma cultura machista, misógina, que permeia toda a sociedade e o quanto ela ainda afeta as decisões judiciais.

Na seqüência, teve início o painel "O combate ao trabalho escravo infantil, que contou as apresentações do Juiz do Trabalho do TRT 8, Jonatas Andrade, do presidente da Fundação Telefônica, Américo Mattar, e com a coordenação da Juíza catarinense Ana Cristina Borba Alves. O primeiro palestrante abordou o drama existente na região Norte do País e o trabalho desenvolvido, com foco na educação, que tem tirado crianças e adolescentes das condições de trabalho análogas à escravidão. "Temos obtido bons resultados que ajudam a diminuir a difícil realidade que encontramos no Pará", disse.

Já o presidente da Fundação Telefônica (Vivo) destacou o trabalho social realizado pela operado-

cia e juventude reúne
país em Florianópolis

ra de telefonia em favor de crianças e adolescentes. Para ele, ainda é muito comum a sociedade ver o trabalho infantil como algo positivo. "Adolescentes que trabalham mais cedo em vez de estudar, começam evidentemente a ganhar dinheiro antes. Mas futuramente vão ganhar menos do que aqueles que podem dedicar integralmente o seu tempo aos estudos. A educação é a chave da transformação", sublinhou.

■ IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE

Cinco profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo abordaram, na manhã desta sexta-feira (9/9), os aspectos e desafios da interdisciplinaridade. Com o tema "De Onde Viemos? Para Onde Vamos? O olhar da interdisciplinaridade", o painel deu seguimento aos trabalhos do VIII Encontro Nacional de Juízes da Infância e da Juventude, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

A Assistente Social Carla de Barros Leiras destacou a importância de manter o foco na garantia de direitos e do trabalho em equipe. "É preciso articular nossa reflexão e nossa prática com outras categorias profissionais, conhecer suas estratégias, estabelecer alianças. Não há como trabalhar a interdisciplinaridade sem o trabalho em equipe", falou.

Já a psicóloga Helena Berton Eidt destacou que o comportamento violento destes adolescentes, em sua esmagadora maioria, é reflexo do meio em que vivem. Segundo dados do CASA/SP, 86% dos adolescentes do Sistema Socioeducativo sofreram violência. Na sequência, o Juiz Alexandre Karasawa Takashima compartilhou dados do KidsRights Index, ranking que avalia o nível de envolvimento da comunidade internacional quanto aos direitos de crianças e adolescentes. O índice de 2016 mostra que o Brasil caiu 64 posições e ficou em 107º em ranking de direitos da criança. "Acho que temos que aprender com o pessoal da Administração e nos profissionalizar em algumas questões, como o planejamento estratégico, por exemplo. Além disso, acho que falta dialogo entre todos os envolvidos. Cada comarca, cada Juiz, tem sua maneira de interpretar o ECA", pontuou.

O Defensor Público de São Paulo Flávio Américo Frasseto ressaltou que um dos aspectos mais marcadamente antigarantistas da Justiça da Infância é a histórica tradição concentradora de poder na figura do Juiz. "É preciso aproximar o Judiciário das redes de atendimento e estabelecer um diálogo continuo, pois as equipes interprofissionais mitigam esta mesma tendência centralizadora", disse.

Finalizando o debate, o Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) Reinaldo Cintra Torres de Carvalho enfatizou a urgência de se evitar o retrocesso na garantia de direitos, obtidas ao longo dos últimos 25 anos, desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "A ideia da redução da maioridade penal, a ideia de que bandido bom é bandido morto. O retrocesso está vindo a galope e, se nada for feito, vai nos derrubar. Precisamos segurar o avanço desta sociedade violenta e egoísta. Nós podemos ir para onde quisermos, basta sabermos para onde queremos ir".

■ DESAFIOS DA SOCIOEDUCAÇÃO E VOLUNTARIADO

O VIII Encontro Nacional dos Juízes da Infância e Juventude retomou os trabalhos na tarde de sexta-feira, com o painel "De onde viemos! Para onde vamos: os desafios da socioeducação na atualidade. Quais as mudanças imprescindíveis? Participaram dos debates Paulo Afonso Garrido de Paula, procurador do MP de SP; João Batista da Costa Saraiva, Juiz do T/RS; Vera Lúcia Deboni, Juíza do TJ/RS (coordenadora); e o Desembargador catarinense Antonio Fernando do Amaral e Silva.

Garrido lembrou que há não muito tempo, as crianças e adolescentes não eram vistas como sujeitos de direitos. "Elas simplesmente não existiam para o mundo jurídico. Elas começaram a aparecer por causa da infração. É preciso vencer esse obstáculo cultural e principalmente resgatar a credibilidade do sistema socioeducativo", frisou. Saraiva, por sua vez, defendeu reformas que aprimorem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "Nesses 26 anos (do ECA) não avançamos e a responsabilidade não é só dos governos, é nossa também", ressaltou. Para ele, é preciso agir com urgência para impedir a aprovação da redução da maioridade penal.

Logo após, houve a apresentação do projeto Cidades Invisíveis, projeto coordenado pelo fotógrafo e advogado Samuel Schmidt, que há três anos realiza registros fotográficos do cotidiano de lugares como Frei Damião, Monte Cristo, Chico Mendes e Vila Aparecida, e produz quadros e camisetas a partir das imagens realizadas.

O último painel contou com as participações do padre Vilson Groh e do presidente da Pastoral do Menor, Andrea Franzini, com a coordenação da Juíza catarinense Ana Cristina Borba Alves. Groh destacou as ações realizadas pelo instituto que leva o seu nome, que tem ajudado a livrar crianças e adolescentes da criminalidade e da violência. Ele destacou também as parcerias com a iniciativa privada, que tem ajudado a aproximar as realidade do morro e do asfalto. "É importante a gente conhecer melhor essa realidade e ver como ela funciona e para que eles também conheçam o nosso cotidiano", comentou. Já Andrea detalhou a realização de uma campanha que visa dar oportunidade para crianças e adolescentes. "Ninguém nasce infrator. A oportunização de dignidade humana é fundamental e por isso temos essa necessidade gigantesca de formar uma sólida parceria com os Juízes para garantir o sucesso da campanha", arrematou.

CARREIRA

TJ/SC empossa novos Desembargadores

Os Magistrados Newton Varella Júnior e Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli foram empossados no cargo de Desembargador no dia 02/9, em sessão solene realizada no Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Eles foram promovidos ao cargo de Desembargador pelos critérios de antiguidade e merecimento, respectivamente, na sessão do dia 17/8, e ocuparão as vagas abertas com a aposentadoria dos Magistrados Marli Mosimann Vargas e Nelson Schaefer Martins.

Newton Varella Júnior, 56 anos, natural de São Francisco do Sul/SC, ingressou na Magistratura em 1989, na comarca de Joinville. Foi promovido a Juiz de Direito em 1992 e atuou nas comarcas de São Domingos, Mondaí, Porto União, Joinville e Capital. Foi promovido a Juiz de 2º grau em janeiro de 2009.

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli, 57 anos, natural de Resende/RJ, ingressou na Magistratura em 1988, na comarca de Seara. Promovido a Juiz de Direito em 1990, atuou nas comarcas de Itapiranga, Braço do Norte, Videira, Itajaí e Capital. Assumiu como Juiz de 2º grau em abril de 2011.

Comarca de Santa Cecília entrega doações a hospital e maternidade

A comarca de Santa Cecília promoveu, no dia 14/9, a doação de 94 bens ao Hospital e Maternidade de Santa Cecília. A assessora jurídica Fernanda Antunes, representando a Juíza Aline Mendes de Godoy, e a chefe de Secretaria do Foro, Alessandra Luciane de Quevedo, entregaram os bens à presidente do Hospital, Odilaci Goreti Graneman.

Entre os itens doados, estão mesas, cadeiras, bebedouros, enceradeiras, persianas e outros mobiliários usados. Todos os bens foram transferidos sem ônus ao Hospital. Segundo a presidente da instituição, tais itens serão utilizados para mobiliar consultório médico, recepção, postos de enfermagem, setor administrativo, sala de enfermagem e o quarto dos pacientes. Graneman destacou a importância do ato.

"O Hospital atende 95% das internações pelo SUS e os recursos repassados pelo Estado para os atendimentos realizados não são suficientes para investimentos em equipamentos, móveis e infraestrutura", explicou.

SOLIDARIEDADE

Comarca de Tijucas recebe doações em ação social conjunta

A comarca de Tijucas recebeu, na tarde do dia 23/8, os produtos doados para a campanha social "Judiciário Solidário", desenvolvida mediante parceria entre Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), os quais beneficiarão a Casa Lar da comarca e a creche do Centro Assistencial Espírito Santo, que atende mais de 50 crianças carentes do município.

A solenidade teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Antônio Torres Marques, e da presidente em exercício da AMC, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, recepcionados pela diretora do foro, Juíza Joana Ribeiro. O presidente agradeceu aos servidores da comarca pela arrecadação dos produtos.

A campanha Judiciário Solidário tem caráter permanente e, no transcurso do ano, atenderá circunstancialmente pessoas e instituições com necessidades prementes.

AMB realiza Congresso de Pensionistas na Serra gaúcha

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) realizaram, de 12 e 16 /9, o XI Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura. O evento, que reuniu mais de 240 participantes, terminou com a leitura da Carta de Bento Gonçalves, que apresenta os trabalhos e as reivindicações desse importante segmento.

De Santa Catarina, estiveram presentes as pensionistas **Elisabeth Gomes de Mattos** (diretora do Departamento de Pensionistas da AMC) e **Eny Raupp Pereira**. "Foi um evento muito bem organizado e bastante produtivo. A direção da AMB está de parabéns pela realização de mais este Congresso", destacou a diretora de Pensionistas da AMC.

Durante o Congresso, João Ricardo dos Santos Costa, presidente da AMB, destacou a luta da entidade pelos pleitos de interesse da Magistratura. "A nossa reação tem sido e será muito forte na defesa dos direitos e das prerrogativas para plena atuação do Judiciário. Não podemos deixar que os direitos da Magistratura sejam desrespeitados e nem que as condições para a manutenção das investigações e julgamentos por ações de corrupção no País sejam prejudicadas", afirmou o presidente.

■ CARTA

A Carta de Bento Gonçalves, documento que apresenta as sete reivindicações das pensionistas, foi apresentada pela diretora do Departamento de Pensionistas da AMB e da Ajuris, Eneida Barbosa. O texto solicita que cargos de direção de Departamentos de Pensionistas sejam ocupados por pensionistas; pede a aprovação da PEC 63, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS); solicita direito a voto das pensionistas nas eleições de associações de Magistrados estaduais e exige que todos os benefícios concedidos aos Magistrados na ativa sejam extensivos por lei aos aposentados e pensionistas. O documento ainda requer que a diretora do Departamento de Pensionistas integre a Diretoria Executiva da sua associação, solicita que o Judiciário mantenha sob sua responsabilidade os proventos e pensões na mesma data da Magistratura e que todos os comunicados às pensionistas sejam feitos por meio postal.

✓ NOTAS

■ MOÇÃO DE CUMPRIMENTOS: O Juiz João Marcos Buch, da Vara de Execuções Penais da comarca de Joinville, recebeu moção de cumprimentos da Câmara de Vereadores de Joinville, pelo lançamento do seu livro "Diário de Bordo de Um Juiz das Causas Humanas", lançado no final do mês de julho na sede da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Na moção foi registrado ainda agradecimento ao Magistrado por "sua atuação em favor da Justiça da nossa cidade e do nosso Estado". O presidente da Câmara Municipal de Vereadores foi quem cientificou o Magistrado da moção.

DIREITO E BIOÉTICA: O Desembargador aposentado Jaime Luiz Vicari foi um dos palestrantes do 16º Simpósio Catarinense de Bioética - Desafios Éticos e Jurídicos, uma promoção do Instituto Dona Helena de Ensino e Pesquisa (IDHEP), mantenedora do tradicional Hospital Dona Helena, realizado no último dia 23/9, em Joinville.

O Magistrado abordou o tema "Direito e Bioética" e tratou de assuntos como eutanásia, determinismo, livre-arbítrio e afins. O evento teve entre seus palestrantes Médicos, Juristas, Bioeticistas, Neurocientistas, Jornalistas e Estudiosos de ética, política e ciências afins do Brasil e do exterior.

Médica dá dicas de como viver com qualidade

Aposentados e pensionistas associados da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) assistiram, no final da tarde do dia 19/9, no Centro de Convivências da entidade, a palestra da Médica Mary Ann Solis Machado Benini, especializada em geriatria e medicina da família, com tema "Cuide de si e de quem você ama". A apresentação consistiu na apresentação de um questionário elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que visa identificar os mais diversos aspectos da vida cotidiana que influenciam no aumento ou diminuição da qualidade de vida das pessoas.

O encontro foi organizado pelo Departamento de Saúde e Setor de Psicologia da AMC. De acordo com a Médica, a expectativa de vida dos cidadãos cresceu significativamente, porém, o desafio hoje é aliar longevidade com qualidade de vida. "Hoje se pode chegar aos 115 anos de idade. Mas sem qualidade, de que adianta viver tanto?", indagou. As questões elencadas pela palestrante incluíram, por exemplo, a satisfação do indivíduo com o trabalho, sono, amizades, vida sexual, entre outros. Outro ponto importante para se alcançar bem estar, segundo ela, é atentar para o estilo de vida.

Interessados podem acessar a íntegra da palestra, que se encontra na área restrita do site da AMC.

AMC promove Encontro de Aposentados e Pensionistas

A AMC promove, no próximo dia 5 de outubro, às 14h, em sua Sede Administrativa, o Encontro de Aposentados e Pensionistas, organizado pelos respectivos Departamentos da entidade.

O evento contará com a presença da gerente de benefícios do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), Lonita Catarina Aiolf, que fará uma exposição e prestará esclarecimentos sobre assuntos previdenciários, assim como se apresentará painel sobre o tema "Na frequência do bem: harmonia, equilíbrio e vida com qualidade", com as seguintes palestras: "Desafios para o cérebro se manter no ritmo: ações e estímulos", com a Terapeuta Ocupacional Maria Aparecida Griza; "Quedas: o que muda na qualidade de vida da pessoa idosa", com a Enfermeira Renata Soares Ferreira; e "Como está sua frequência? Sintonize-se e leve uma vida saudável", com a Psicóloga da AMC, Rosemeire Reis Bento.

Na oportunidade, será colocada para conhecimento e discussão a "Carta de Bento Gonçalves", extraída do Congresso Brasileiro de Pensionistas, realizado entre os dias 12 e 17 de setembro deste ano.

Interessados em participar devem confirmar presença pelo telefone (48) 3231-3011 ou pelo e-mail eventos@amc.org.br.

■ **ADOÇÃO:** Durante os dois dias (15 e 16/9) do 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina, realizado em Joinville, cerca de 400 participantes debateram questões relacionadas à adoção, à criança acolhida e aos procedimentos jurídicos de habilitação. A pauta incluiu ainda, justiça restaurativa e depoimento especial.

Entre os palestrantes estavam os seguintes Magistrados catarinenses: Desembargador Luiz César Medeiros, Juíza Joana Ribeiro, Juiz Alexandre Karazawa Takaschima, Juíza Simone Faria Locks, Juíza Brigitte Remor de Souza May, Juiz Klauss Correa de Souza, Juíza Anuska Felski da Silva, Juíza Ana Cristina Borba Alves, Juiz Reny Baptista Neto e Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

QUALIDADE X PREÇO

A Revista BOM VIVANT, uma das melhores publicações sobre vinhos, na edição de julho último (n. 170, págs. 12/20), trouxe o resultado de 39 amostras selecionadas de Cabernet Sauvignon, sendo 6 do Chile, 2 da Argentina, 1 do Uruguai, 1 da África do Sul, 1 da Califórnia, 1 da Austrália e 27 nacionais (23 do R.G. do Sul e 4 de Santa Catarina).

A pontuação atribuída pelos 14 enólogos que as analisaram às cegas foi surpreendente. Dois vinhos obtiveram 92,5 pontos, um chileno e um nacional. Onze atingiram 90 pontos: o californiano, o australiano, 2 chilenos e 7 nacionais, sendo 2 de Santa Catarina. Com 89 pontos ficou um chileno, 2 nacionais com 88, 1 argentino, 1 chileno e 10 nacionais com 87,5 e com 86 ficaram o sul-africano, o uruguaio, 1 chileno, 1 argentino e 7 nacionais.

Traduzindo a pontuação, pode-se dizer que os 13 vinhos que obtiveram 90 e 92,5 pontos são excelentes. Os de 87,5 a 89 merecem a classificação de muito bons. Os de 86 ficam entre bons e razoáveis. Muitas outras amostras foram analisadas, mas eliminadas por não alcançarem a nota mínima de 86.

A maior surpresa, contudo, está na variação dos preços. O chileno de 92,5 pontos (Vitral – Viña Maipo) custa R$ 78,00 e o nacional (Zanella) R$ 55,00. Já o Signos de Origen (Emiliana Vineyards – Chile), com apenas 87,5, chega a R$ 168,00. Dos três primeiros mencionados com 90 pontos, o Lendas (Vinícola Guatambu) sai por R$ 120,00, o Delicato, da Califórnia, por R$ 90,00 e o Omertà Ubaldo by Kranz (parceria do autor deste artigo com a Vinícola Kranz, de Treze Tílias) por somente R$ 45,00, ou seja, cerca de 1/3 do primeiro e metade do segundo, sendo que este inclui o frete internacional e o imposto de importação.

Alguns de 87,5, além do já mencionado chileno, apresentam preços superiores aos de 90, citando-se o argentino Zuccardi Série A por R$ 113,40, o gaúcho Dal Pizzol e o catarinense Torii (Hiragami, S. Joaquim) por R$ 60,00 cada um. Como provam os números acima, preço alto nem sempre representa qualidade. É claro que um vinho por menos de R$ 30,00 não deve ser grande coisa, a não ser que o produtor pretenda fazer concorrência ao vender abaixo do custo.

Como já exposto em artigo anterior, o custo médio por garrafa dos vinhos nacionais, sem contar os investimentos em vinhedos e cantinas, gira em torno de R$ 30,00. Portanto, na faixa de 40 a 60 reais os bons vinhos brasileiros podem ser comercializados com benefícios para produtor e consumidor. É bom lembrar que os preços acima mencionados são aqueles praticados nas vendas diretas das vinícolas e casas importadoras. Se houver intermediários, como supermercados e representantes comerciais, aí os preços sobem bastante. Nos restaurantes, então, nem é bom falar, pois é praticamente certo que os donos ganham mais nas bebidas – e no enganador couvert - do que nos pratos que servem.

Uma boa prática para quem quiser gastar menos é comprar diretamente das vinícolas. Naturalmente, neste caso, convém fazer uma compra maior, barateando o frete e quiçá conseguindo um bom desconto. O brasileiro, de modo geral, tem vergonha de regatear, mas é pechinchando que se economiza. Os comerciantes árabes têm imenso desprezo por quem não regateia. Quando alguém oferece 20% do valor pedido eles choram, fingem irritação, alegam que a família ficará na miséria, mas acabam aceitando o lance e... ganhando seu rico dinheirinho.

Portanto, amigos, recomenda-se pechinchar na vinícola quando se fizer uma compra mais substancial. A maioria dos bons tintos melhora com o tempo. Guardar algumas caixas de safras recentes trará boas surpresas no futuro. Demais disso, todas as vinícolas estão abarrotadas de vinho, dando graças quando conseguem baixar seus estoques sem prejuízo. Afinal, não custa tentar!

**Desembargador aposentado*

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO JUIZ APOSENTADO HAMILTON PLÍNIO ALVES

"Não tinha medo de nada, principalmente de trabalho pesado"

POR SUA ESPOSA ERNA MARIA ROSA ALVES

"Transcorria o ano de 1972 e Hamilton, já formado em Direito há dois anos, estudava com afinco, preparando-se para o concurso de Juiz de Direito. Tentou duas vezes e, na terceira, foi aprovado juntamente com mais três candidatos: José B. Trindade, José Guilherme e João Alfredo Medeiros Vieira.

Ele vinha de uma família de classe média: o avô paterno possuía um sortido armazém na chamada Avenida Tico-Tico (apelido do avô). Alguns dos seus filhos adquiriram tuberculose, doença que dizimou muitas pessoas na época. O pai do Hamilton, vitimado por essa doença, morreu aos 29 anos, deixando a esposa e três filhos pequenos.

Apenas um mês depois, novamente a morte levou mais duas crianças, sobrando somente o Hamilton e sua mãe. Desde então, essa mãe lutou muito para criá-lo. Depois de tentar a vida em outras cidades, acabou voltando para a capital e casando-se novamente. Com o companheiro que também a ajudou muito, ele alfaiate e ela calceira, conseguiram levar uma vida tranquila, Graças a ela, Hamilton conseguiu estudar no Colégio Catarinense, onde adquiriu a base para sua vida. Sua mãe teve a ventura de o ver casado, Juiz de Direito e ter os filhos que perdeu de volta, agora em forma de netos. Acabara, assim, um ciclo de tristezas.

■ O JUIZ HAMILTON

Tomou posse como juiz em 28 de novembro de 1972, assinada pelo então Governador do Estado Colombo Machado Sales.

Sua primeira comarca como juiz substituto foi Tubarão, onde ficou quatro anos. Juiz de primeira viagem, foi removido para São Miguel do Oeste, em janeiro de 1973. Nesta época, aconteceu a inauguração da comarca de Itapiranga, bem no extremo oeste, dividindo pelo rio o nosso Estado com o do Rio Grande do Sul. A cidadezinha de Itapiranga era minúscula, mas muito bonita, com árvores floridas na rua principal. O fórum ficava bem pertinho do rio.

No mês seguinte, retornamos a Tubarão, onde Hamilton fez seu primeiro júri. Dos promotores da época, lembro-me apendas do Dr. Nelson Mendes.

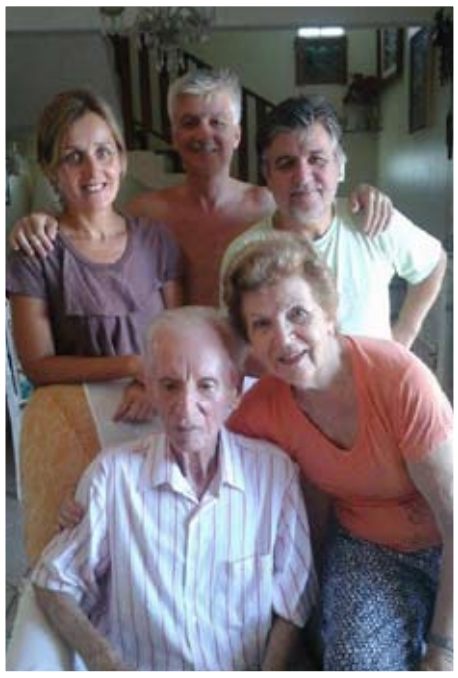
Em 1974, ainda estávamos em Tubarão quando fomos surpreendidos pela maior enchente que já vi, talvez a maior que aquele município já tenha enfrentado. Muita tristeza, muitas perdas, inclusive humanas. Nós tivemos muita sorte, porque a água não chegou onde morávamos. A cidade, literalmente, parou. Quando pudemos sair da cidade, nossos filhos vieram estudar dois meses na capital até que a cidade voltasse à normalidade. Hamilton ficou lá, não abandonou o posto.

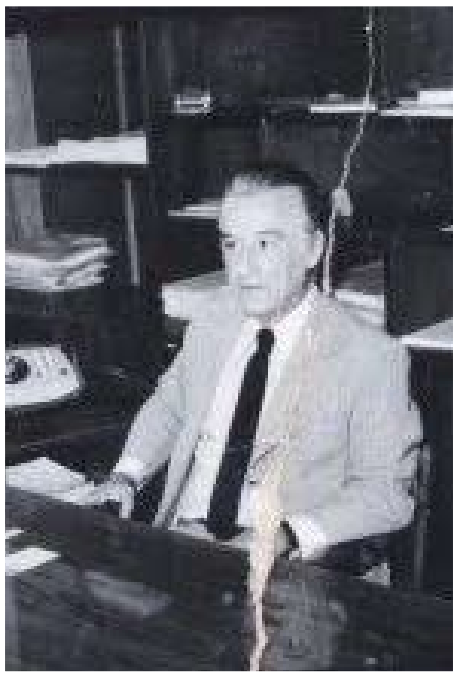
Depois de quatro anos em Tubarão, ele foi promovido à sua primeira comarca, Pinhalzinho, da qual foi titular durante três anos. Era uma cidadezinha nova, bem traçada, já tinha calçamento nas ruas principais e um povo ordeiro e acolhedor. Muitas recordações ele tem dessa primeira comarca. Trabalhou no fórum com o promotor Dr. Paulo Linhares e eram advogados os doutores: Ozir Londero, Alfredo Zimmermann e lembro também do bom escrivão, sr. Zita.

Na nossa rua travou amizade com um senhor alemão, sr. Schaff, com quem mantinha longos papos. Às vezes dona Valéria, sua esposa, nos convidava para uma galinhada.

Depois veio a remoção para São João Batista, que era pertinho da Capital. Em seguida, foi promovido para Indaial e, depois, Jaraguá do Sul. Lá, como sempre, trabalhou muito e era bem quisto por todos. Nos fins de tarde, quando voltava para casa, vinha sempre com um serventuário que o ajudava a carregar os processos, para trabalhar à noite em casa, como sempre foi seu hábito. Quando necessário, fazia esse mesmo ritual aos finais de semana. No outro dia era o inverso, vindo o serventuário para ajudá-lo a levar de volta os processos. Vi essa cena muitas vezes ao longo da sua carreira.

O novo fórum de Jaraguá do Sul foi inaugurado quando ele era diretor. Organizou a recepção com muito carinho. Recebeu várias autoridades, como o governador Henrique Córdova, o presidente do Tribunal, Dr. Ivo





Sell, o prefeito Victor Bauer e vários desembargadores. Ele foi muito reconhecido pela comunidade, pelo seu trabalho e ainda, recentemente, recebeu uma homenagem da Câmara de Vereadores de Jaraguá.

Foi transferido então para Balneário Camboriú, onde também encontrou muito serviço. As mesas e sofás de sua sala de trabalho eram ocupados por pilhas de processos. Mas isso não o intimidava. Arregaçava as mangas e reduzia as pilhas em pouco tempo. Não à toa, recebeu dois apelidos: "Limpa Trilho" e "Furacão Branco".

Hamilton, no decorrer de nossa convivência, me surpreendeu muito por sua capacidade de trabalhar. Não tinha medo de nada, principalmente de trabalho pesado. Em várias ocasiões ainda achava tempo para colaborar com artigos para a Revista Forense e também com a AMC – Literária, onde ele e vários juízes colaboravam com literatura, outra de suas paixões.

Em 1985 veio a promoção para a quarta entrância: Curitibanos. Logo depois, aposentou-se, com muito pesar. Com a mãe doente e sem condições de viver sozinha, fez questão de estar junto dela e também dos seus filhos, já adolescentes. Foi então que deu vazão a sua veia literária e escreveu quinze livros, até 2010. Atualmente ele passa por um quadro de depressão grave, mas, com apoio de toda família, esperamos que tudo possa terminar bem."

XIII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Tecendo novos caminhos para o Estado Brasileiro

25 e 26 de outubro de 2016 - Florianópolis - SC

Inscrições abertas em www.13congressoampcon.com.br

DIA 25

Horário	Evento
8h30	Credenciamento
9h	Cerimônia de abertura
10h	Palestra de abertura: **Novo Controle das Políticas Públicas e o Ministério Público de Contas** ***JUAREZ FREITAS,*** Pós-Doutor em Direito e mestre em Filosofia, Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público
11h	Palestra: **Institucionalização e processos jurídicos de políticas públicas** ***MARIA PAULA DALLARI BUCCI,*** Doutora em Direito, professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Superintendente Jurídica da USP
14h	Palestra: **Educação para o Século XXI.** ***MOZART NEVES RAMOS,*** Pós-Doutor em Química, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna.
15h	Palestra: **Dívida pública: balizas constitucionais e custeio dos direitos fundamentais.** ***ÉLIDA GRAZIANE PINTO,*** Pós-Doutora em Administração, doutora em Direito Administrativo e Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.
16h30	Palestra: **Constituição Financeira e limites para modificações nos gastos obrigatórios para financiamento dos direitos fundamentais ou sociais.** ***HELENO TAVEIRA TORRES,*** Doutor em Direito do Estado, Diretor Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro e membro do Conselho Executivo do Instituto Latino Americano de Derecho Tributario.
Debatedor:	***JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA,*** Graduado em Direito e Procurador do Ministério Público de Contas da União.

DIA 26

Horário	Evento
9h	Palestra: **Desenvolvimento de uma investigação planejada - a epistemologia da investigação.** ***DANIEL DE RESENDE SALGADO,*** Especialista em Ordem Jurídica e Ministério Público, Procurador da República, Secretário de Pesquisa e Análise do Gabinete do Procurador Geral da República e integrante do GT Lava-Jato.
10h	Palestra: **Bases de dados e sistemas que se encontram à disposição dos membros do MP.** ***FAUSTO ARANTES PORTO,*** Assessor-Chefe Secretaria de Pesquisa e Análise do Gabinete do Procurador Geral da República, coordenador da equipe de pesquisa de suporte aos membros da Operação Lava Jato no STF.
11h	Palestra: **Investigação de evolução patrimonial – case da Máfia dos Fiscais da Prefeitura de São Paulo.** ***MARCELO CAMPOS SILVA,*** graduado em Administração, Auditor Federal de Finanças e Controle do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle em Santa Catarina
14h	Palestra: **Formas de controle, técnicas de coordenação e organização em grandes investigações. Organização e busca de dados durante o esforço investigativo e cuidados com a cadeia de custódia de provas.** ***RODRIGO LEITE PRADO,*** Procurador da República em Minas Gerais, Secretário-Adjunto de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal e representante do MPF na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.
15h	Cerimônia de homenagens da AMPCON
16h30	Palestra de Encerramento: **Do Caso Collor à Lava Jato – perspectivas de futuro para a investigação da corrupção** ***DELTAN DALLAGNOL,*** Mestre em Direito, Procurador da República e coordenador da força-tarefa Lava-Jato do Ministério Público Federal.

Apoio

Patrocínio

Realização